

1 Ata da Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso
2 Sexual – COPEAS – 31/03/2026

3 Aos 31 dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 10h00, em for-
4 mato *online* com acesso pelo *link* disponibilizado via *e-mail* aos(às) Conse-
5 lheiros(as) deu-se início à Reunião do Conselho Estadual de Proteção às
6 Vítimas de Abuso Sexual – COPEAS. Fizeram-se presentes os (as) Conse-
7 lheiros (as): Mirela S. Murlach (SEJU) – Titular; Luiza Perez Moraes (SESP
8 – Polícia Civil) – Titular; Major Carolina Pauleto Ferraz Zancan (SESP –
9 Polícia Militar) – Titular; Sargento Marina Luiza Monteiro (SESP – Polícia
10 Militar) – Suplente; Fabiane Natal Janata (SESA) – Titular; Merari Gomes
11 de Souza (SESA) – Suplente; Tarcila Santos Teixeira (MPPR) – Titular; Gil-
12 berto Belarmino (ACTEEP) – Titular; Débora Normanton Sombrio (OAB
13 PR) – Titular; Sandra Regina Rangel Silveira (OAB PR) – Suplente; Jane
14 Cristina Vasques – Coordenadora (SEJU/UTSC); Sofia Quadros Quentin –
15 Assistente Administrativo (SEJU/UTSC); Renata Gomes Cassou – Assis-
16 tente Social (SEJU/UTSC). **JUSTIFICATIVAS:** Sem justificativas. **1. Aber-**
17 **tura:** A princípio, Renata (SEJU) saudou a todos e realizou a chamada pa-
18 ra registro em Ata e declarou aberta a reunião ordinária. **2. Saudação Ins-**
19 **titucional e Contextualização da Retomada das Atividades do Conse-**
20 **lho:** Foi realizada saudação institucional pela representante da Secretaria
21 da Justiça e Cidadania, Mirela, que agradeceu a participação dos presen-
22 tes e destacou a relevância da pauta, especialmente no que se refere à ar-
23 ticulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência se-
24 xual. Foi ressaltado que a temática do abuso sexual, embora frequente-
25 mente associada às mulheres, também abrange crianças, adolescentes e
26 homens, sendo necessária ampliação do debate. Jane (SEJU) relatou que



27 a retomada das atividades do COPEAS decorreu de solicitação da Casa
28 Civil, considerando a importância da temática. Foi apresentado histórico do
29 conselho, indicando que houve reativação em 2023, com realização de reu-
30 niões voltadas à elaboração do regimento interno. Foram apontadas dificul-
31 dades enfrentadas anteriormente, especialmente em razão de inconsistên-
32 cias entre o decreto e a prática do conselho, incluindo divergências quanto
33 à composição da sociedade civil. Relatou-se que representantes da socie-
34 dade civil permaneceram por aproximadamente dois anos sem avanços
35 significativos, culminando na sua retirada formal e solicitação de revogação
36 do decreto. Também foi relatado que houve tentativas de articulação com o
37 Secretário da época, com a Procuradoria da Mulher e com a Casa Civil,
38 sem êxito na revogação do decreto. Posteriormente, o COPEAS foi incluído
39 no Código da Mulher, permanecendo vigente. Após a reforma administrati-
40 va e regulamentação da Secretaria da Justiça, decidiu-se pela continuidade
41 do conselho, com a definição de que a primeira etapa seria a elaboração
42 do regimento interno. Informou-se ainda que a temática do abuso sexual foi
43 inserida na Coordenação de Proteção e Justiça. **3. Apresentação dos**
44 **Conselheiros e Instituições Representadas:** Foi realizada a apresenta-
45 ção nominal dos conselheiros e conselheiras, conforme a ordem da lista de
46 chamada, com identificação das instituições representadas, funções exerci-
47 das e áreas de atuação profissional. Pela Secretaria da Justiça e Cidada-
48 nia, apresentou-se Mirela, que informou exercer a função de Coordenadora
49 de Proteção e Justiça no âmbito da referida secretaria, destacou que a co-
50 ordenação reúne diversos programas de proteção. Na sequência, pela Se-
51 cretaria de Segurança Pública – Polícia Civil, apresentou-se a Sra. Luíza
52 Peres Moraes, na qualidade de titular, informando exercer o cargo de dele-



53 gada de polícia, estando lotada na Delegacia da Mulher de Curitiba, situa-
54 da na Casa da Mulher Brasileira. Informou ainda que a suplente, Dra. Mari-
55 ana Cant, também delegada de polícia, não se encontrava presente no mo-
56 mento da reunião, estando lotada no Núcleo de Proteção à Criança e ao
57 Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA) de Curitiba. Colocou-se, junta-
58 mente com a suplente, à disposição do conselho. Pela Secretaria de Segu-
59 rança Pública – Polícia Militar, foi registrada a participação da suplente Sar-
60 gento Marina Luíza Monteiro, que informou atuar como auxiliar da Major
61 Carolina Pauleto, titular da representação, na Coordenadoria Estadual da
62 Patrulha Maria da Penha. Informou que a titular se encontrava em outra
63 reunião no momento, mas acompanhava parcialmente os trabalhos. Escla-
64 receu ainda que ambas integram a referida coordenadoria, vinculada às
65 ações de enfrentamento à violência doméstica. Pela Secretaria de Saúde,
66 apresentou-se a Sra. Fabiane Natal Janata, na condição de titular, infor-
67 mando ser assistente social e atuar recentemente na área da divisão de
68 cultura de paz. Posteriormente, também se apresentou a suplente Sra. Me-
69 rari Gomes de Souza, que informou ser enfermeira e atuar na Divisão de
70 Promoção da Cultura da Paz, contribuindo com ações relacionadas à te-
71 mática da violência. Pelo Ministério Público do Paraná, apresentou-se a
72 Dra. Tarcila Teixeira, promotora de justiça, informando atuar como coorde-
73 nadora da Política Institucional de Proteção e Promoção aos Direitos da
74 Vítima, além de integrar o Grupo de Atuação Especializada em Segurança
75 Pública, vinculado ao Centro de Apoio das Promotorias Criminais. Desta-
76 cou sua atuação direta na temática da proteção às vítimas. Pela Associa-
77 ção dos Conselheiros Tutelares do Estado do Paraná, apresentou-se o Sr.
78 Gilberto Belarmino, informando ser educador social e atuar tanto na Asso-



79 ciação Estadual quanto na Associação de Conselheiros Tutelares do Leste
80 do Paraná, que abrange Curitiba, região metropolitana e litoral. Durante
81 sua fala, registrou ainda que participou da composição anterior do CO-
82 PEAS, confirmando que os fatos relatados anteriormente sobre o histórico
83 do conselho efetivamente ocorreram. Acrescentou que um dos fatores que
84 contribuíram para a paralisação das atividades foi a criação de uma Comis-
85 são Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Criança e o
86 Adolescente, vinculada a outra pasta, o que gerou sobreposição de atribui-
87 ções e conflitos de atuação. Pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção
88 Paraná, apresentou-se a Sra. Débora Normanton Sombrio, na qualidade de
89 titular, informando atuar como membro consultora da Comissão de Direitos
90 Humanos, com mais de vinte anos de atuação na referida comissão. Decla-
91 rou já ter exercido a função de secretária e de subprocuradora-geral da
92 OAB. Informou que sua atuação profissional na advocacia criminal é volta-
93 da à defesa de mulheres vítimas de violência, não atuando na defesa de
94 agressores em casos de violência doméstica. Acrescentou também que é
95 professora de processo penal na Pontifícia Universidade Católica do Para-
96 ná e que já integra outros conselhos, incluindo o de educação em direitos
97 humanos. Colocou-se à disposição para contribuir tanto com pautas propo-
98 sitivas quanto com estudos de caso, considerando sua atuação acadêmica
99 e profissional. Ainda pela OAB, foi registrada a presença da suplente Sra.
100 Sandra Regina Rangel Silveira, que, embora presente na reunião de forma
101 virtual, enfrentou dificuldades técnicas de áudio, tendo se manifestado por
102 meio do chat informando estar no aguardo para falar, não sendo possível
103 sua manifestação oral naquele momento. **4. Breve Apresentação dos**
104 **Membros Governamentais e da Sociedade Civil:** As falas reforçaram as



105 experiências institucionais dos membros, destacando atuação em áreas
106 como violência doméstica, proteção de vítimas, políticas públicas, saúde,
107 segurança pública e direitos humanos. Foi ressaltada a atuação do Ministé-
108 rio Público na temática da violência sexual, incluindo existência de núcleos
109 especializados e prioridade institucional no tema. Também foi registrado re-
110 lato de representante da Associação dos Conselheiros Tutelares acerca de
111 conflitos institucionais anteriores, especialmente com a criação de comis-
112 são interinstitucional que contribuiu para a paralisação do COPEAS. **5.**
113 **Breve Exposição Sobre as Atribuições e Importância do COPEAS no**
114 **Âmbito das Políticas Públicas:** Mirela (SEJU) destacou que o Conselho
115 Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual – COPEAS se constitui
116 como espaço fundamental de articulação interinstitucional, reunindo dife-
117 rentes órgãos e setores com o objetivo de enfrentar, de forma integrada, a
118 violência sexual no Estado do Paraná. Ressaltou que a temática da violên-
119 cia sexual demanda abordagem aprofundada e sensível, exigindo não ape-
120 nas conhecimento técnico, mas também responsabilidade institucional no
121 trato com as vítimas. Nesse sentido, afirmou compreender a complexidade
122 do tema e enfatizou que um dos maiores desafios enfrentados pelo conse-
123 lho é garantir que as vítimas não sejam invisibilizadas, especialmente em
124 momentos de extrema vulnerabilidade. Pontuou que a atuação do conselho
125 deve estar voltada à construção de estratégias que assegurem visibilidade,
126 acolhimento e proteção às vítimas, considerando a gravidade das situa-
127 ções de violência sexual e seus impactos sociais e individuais. Destacou
128 que o enfrentamento dessa problemática exige atuação conjunta entre os
129 diversos setores representados no conselho, de modo a possibilitar respos-
130 tas mais efetivas. A Coordenadora enfatizou ainda que, no âmbito do Po-



der Executivo, há a possibilidade concreta de criação, ampliação e implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência sexual. Nesse contexto, ressaltou a importância do COPEAS como instância capaz de fomentar essas iniciativas, por meio da articulação entre os órgãos participantes e da construção coletiva de propostas. Destacou também a relevância do diálogo permanente entre as instituições representadas, afirmando que a interlocução entre os diferentes setores é elemento essencial para o fortalecimento das ações e para a efetividade das políticas públicas a serem desenvolvidas. Colocou-se à disposição de todos os conselheiros e conselheiras para colaborar com o desenvolvimento dos trabalhos, reforçando o compromisso da coordenação com a construção coletiva de soluções e com o avanço das políticas públicas relacionadas à temática. Por fim, salientou que a elaboração do regimento interno do conselho será etapa fundamental para a organização e definição das atribuições de cada membro e de cada instituição, permitindo estabelecer de forma clara como cada setor poderá contribuir para o aprimoramento das ações do COPEAS. Indicou que esse instrumento normativo será essencial para estruturar o funcionamento do conselho e orientar sua atuação futura. **6. Eleição/Indicação da Presidência e Vice-Presidência do Conselho:** Considerando a inexistência de regimento interno, foi proposta a eleição provisória de presidente e vice-presidente para orientar os trabalhos iniciais. Foi sugerido que a presidência fosse ocupada por representante da sociedade civil ou instituição com atuação relevante na temática. A promotora de justiça do Ministério Público do Paraná, Dra. Tarcila, se voluntariou para a função, destacando sua atuação institucional na área da violência sexual. Para a vice-presidência foi apresentada candidatura pelo representante da Associação



157 dos Conselheiros Tutelares, Sr. Gilberto. Ficou definido: Presidente – re-
158 presentante do Ministério Público do Paraná, Dra. Tarcila; vice-presidente –
159 representante da Associação dos Conselheiros Tutelares, Sr. Gilberto.
160 Também foi deliberada a criação de comissão para elaboração do regimen-
161 to interno, composta por Dra. Tarcila (MPPR), Gilberto (ACTEEP), Débora
162 (OAB/PR), Luíza (SESP – Polícia Civil) e Merari (SESA), com participação
163 aberta aos demais conselheiros. **7. Definição e Aprovação do Calendário**
164 **de Reuniões para o Ano:** Inicialmente foi proposta realização de reuniões
165 mensais. Após discussão, foi deliberado que as reuniões ordinárias ocorre-
166 rão de forma bimestral, considerando a necessidade de pautas consisten-
167 tes e otimização do tempo dos conselheiros. Foi acordado que poderão
168 ocorrer votações eletrônicas em casos urgentes e poderão ser convocadas
169 reuniões extraordinárias quando necessário. Ficou definida a próxima reu-
170 nião plenária para o dia 26 de maio de 2026, com previsão de reuniões da
171 comissão do regimento no mês de abril. **8. Palavra dos Conselheiros:** Fo-
172 ram registradas manifestações sobre a necessidade de participação da
173 área da saúde na construção do regimento, considerando sua relevância
174 na identificação e atendimento de vítimas. Representantes da saúde desta-
175 caram a existência de protocolos estaduais, atuação na vigilância de vio-
176 lências e a importância da articulação intersetorial. Também foram relata-
177 das dificuldades estruturais das equipes, com limitação de pessoal. **9. Pla-**
178 **no Estadual da Pessoa com Deficiência do Paraná:** Foi apresentada de-
179 manda encaminhada pelo Plano Estadual da Pessoa com Deficiência, soli-
180 citando contribuições do conselho. Foi reconhecida a dificuldade de res-
181 posta imediata em razão do prazo exíguo e da necessidade de deliberação
182 coletiva. Destacou-se a relevância do tema, especialmente considerando a



183 vulnerabilidade de pessoas com deficiência à violência sexual. Ficou defini-
184 do que o material será encaminhado aos conselheiros por meio eletrônico,
185 para posterior contribuição, inclusive após o prazo inicial, considerando a
186 possibilidade de inclusão futura no plano. **10. Informes Gerais:** Foram
187 apresentados informes sobre a criação de identidade visual (logo) do con-
188 selho. Houve debate acerca das propostas apresentadas, especialmente
189 quanto ao uso de elementos visuais como o coração, sendo apontada pos-
190 sível interpretação inadequada em relação à temática da violência sexual.
191 Foi deliberado que a logo atual será provisória e que novas sugestões po-
192 derão ser apresentadas pelos conselheiros para deliberação em reunião fu-
193 tura. **11. Encerramento:** A reunião foi encerrada com agradecimentos aos
194 participantes e reforço da importância da pauta. Foi destacada a necessi-
195 dade de construção de ações concretas para enfrentamento da violência
196 sexual no Estado do Paraná. A presidente, Dra. Tarcila, manifestou inten-
197 ção de apresentar, na próxima reunião, propostas de ações institucionais
198 desenvolvidas pelo Ministério Público, visando articulação com o conselho.
199 Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. A presente Ata foi la-
200 vrada por Renata Gomes Cassou. Revisada por Douglas Henrique Novelli.